

Aspetos enunciativos da ironia no jornalismo: estudo de caso específico

Janete Bessa Neves (PROGRAMMA) & Teresa Oliveira (PROGRAMMA)

Abstract:

This paper aims at analysing a given text under the scope of the Theory of Predicative and Enunciative Operations, paying special attention to the encoded mediative values. Being a satiric text, built upon political news, both reported facts and surprise facts are dealt with, in order to attain the required ironic effect. Putting words on someone's mouth and astonishing the reader by the denial of what has been previously suggested are used as resources for creating a distance between the speaker and what is said.

1. Introdução

O texto jornalístico caracteriza-se por uma linguagem direta e uma postura objetiva. Mesmo em setores do jornal em que é permitida uma abordagem mais subjetiva, como nas crónicas ou artigos de opinião, por exemplo, prega-se uma linguagem contida que se atenha à opinião sobre os factos, ou à interpretação não tendenciosa dos mesmos.

Entretanto, um posicionamento mais descontraído tem sido buscado, com o uso cada vez mais intenso da ironia, por parte dos meios da comunicação social, para que se possa realizar a interpretação dos factos como uma crítica ao ocorrido ou às pessoas envolvidas sem que haja um possível comprometimento da objetividade jornalística e fidedignidade da informação. Levando a extremos o recurso à ironia como instrumento de

crítica política, tem-se assistido, inclusivamente, a uma vulgarização de peças satíricas, em programas televisivos, páginas, suplementos e mesmo jornais satíricos, em que os autores metem a ridículo, de forma jocosa, os vícios ou defeitos de indivíduos, grupos ou ideologias.

A construção da significação no discurso jornalístico contemporâneo está fortemente dependente de algumas características inerentes ao jogo das relações, aos interesses dos responsáveis (jornalistas, editores, donos das empresas jornalísticas), às expectativas dos leitores, sem falar nas implicações de ordem judicial que podem ocorrer, atualmente, como consequência das palavras ou expressões veiculadas (Oliveira & Neves, 2007: 49). A ironia pode, pois, constituir-se uma estratégia de defesa

objetivando “escapar às sanções institucionais” (Berrendonner, 1981).

O nosso objetivo, com este trabalho é, a partir de um texto de sátira política, explorar o valor de distanciamento enunciativo de que releva a ironia, analisando os recursos linguísticos utilizados e os valores de que são marcadores.

2. O texto e o seu contexto

O texto em análise é uma peça de sátira política, da autoria de Vítor Elias, publicada na página 6 do jornal satírico semanal *O Inimigo Público* (suplemento semanal do jornal *Público*), n.º 372, de 19 de novembro de 2010. Incide sobre um dos casos mediáticos dessa semana, a saber, o conteúdo de uma conversa telefónica entre duas figuras políticas relevantes do partido no Governo, conversa essa captada por escutas judiciais no âmbito do processo “Face Oculta”. Na conversa em causa, a deputada Edite Estrela (EE) tecia duras críticas ao carácter de alguns colegas do Partido Socialista.

O conteúdo do telefonema foi divulgado pelo *Correio da Manhã* (CM), jornal diário de pendor sensacionalista, no sábado, 13 de novembro¹, e foi

¹ Laranjo, Tânia. Edite Estrela: “Eles são insuportáveis”. *Correio da Manhã*, 13-11-2010. Disponível em: <URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/edite-estrela-eles-sao-insuportaveis>>.

retomado, com comentários de uma das pessoas visadas, no dia seguinte². Também nesse domingo, o jornal *Diário de Notícias* (DN) fez eco da mesma conversa, num texto em que reproduzia os comentários de vários dos visados³. O assunto foi amplamente comentado, desde o primeiro dia, na blogosfera nacional, mas a restante imprensa absteve-se de abordar a questão.

Na segunda-feira, dia 15, o jornal satírico *on-line O Indesmentível*, do projeto ‘Priorado de Idiotas’, publica um texto intitulado “Edite Estrela defende que chamar ‘descabelada’ a Ana Gomes é falar bom português”⁴, numa clara alusão ao currículo da deputada, que, antes de abraçar a política, foi professora de Literatura Portuguesa, vice-presidente da Associação Portuguesa de Escritores e popularizou-se junto do grande público pelos seus livros, colunas na imprensa e

² Teixeira, Manuela & Laranjo, Tânia. Árbitro entregava prendas. *Correio da Manhã*, 14-11-2010. Disponível em: <URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/arbitro-entregava-prendas221117383>>.

³ Araújo, Amadeu. ‘Insultos’ de Edite Estrela ignorados no PS. *Diário de Notícias*, 14-11-2010. Disponível em: <URL: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1710356>.

⁴ *O Indesmentível*, 15-11-2010. Disponível em: <URL: <http://www.oindesmentivel.com/seccoes/portugal-seccoes/edite-estrela-defende-chamar%E2%80%98descabelada%E2%80%99-ana-gomes-e-falar-bom-portugues>>.

programas televisivos sobre língua portuguesa, ortografia e normalização.

O texto em análise saiu na sexta-feira seguinte, dia 19, no jornal satírico *O Inimigo Público* (IP). O *Público* coibiu-se de abordar a questão, que apenas aflorou no seu suplemento satírico. Curiosamente, ou não, o dito texto não se encontra já nos arquivos *on-line* do IP.

Tal como o texto satírico anteriormente publicado, o do IP centra-se na faceta de linguista de EE, ironizando sobre as suas capacidades linguísticas.

Aparentemente, este texto retoma o do DN, na medida em que refere o uso de uma determinada marca de óculos que não é comum em EE. Pelo menos, o motor de buscas Google encontra uma única imagem da deputada com esse tipo de óculos, que surge apenas na quarta página de resultados e que é exatamente a fotografia que ilustra o texto *on-line* do DN. Também a frase glosada (“descabelada que só arranja problemas”) surge pela primeira vez no texto do DN⁵.

3. Sobre o conceito de ironia

⁵ Tendo em conta os comentários na blogosfera, que, logo a partir do dia 13 de novembro, retomam a frase na íntegra, será de considerar a hipótese de que o texto do CM foi truncado na sua versão *on-line*, a única a que tivemos acesso.

Existem trabalhos, sob diferentes óticas teóricas, sobre a ironia e alguns com aplicação direta no jornalismo contemporâneo. A partir do conceito tradicional de ironia, que é dizer o contrário do que se pensa, cada abordagem destaca um aspeto de acordo com os seus princípios e metodologias. Vejamos algumas.

Segundo Muecke (1995), pode-se definir a ironia como a busca por dizer algo que venha a instigar uma série de interpretações subversivas sobre o que foi dito.

Seixas (2006) diz que a ironia nos jornais impressos é produzida como estratégia enunciativa que desempenha fundamentalmente um papel crítico, não estando ao serviço do riso, e que a ironia aparece na enunciação impressa tanto em géneros informativos quanto opinativos, embora mais frequente nos opinativos.

Para Lopes e Dittrich (2004), “com a adoção da ironia como estratégia argumentativa – o que muitas vezes se dá de maneira não-intencional – o comunicador (interlocutor no processo discursivo) opta pela opinião, isentando-se de aderir ao discutido mito da objetividade jornalística”.

Sperber e Wilson (1978) não aceitam a noção figurativa de ironia, por não identificarem nela uma contradição, já

que para esses autores a ironia tem a sua gênese nos ecos, ou seja, em procedimentos de citação (apud Oliveira, 2006).

Oliveira (2006: 34), por sua vez, diz que a fórmula tradicional e a definição encontrada nos dicionários “postulam que a ironia pode ser composta de uma *contradição explícita* (neste caso, deve-se perguntar se o enunciado contém ou não um fato de discurso referido), de uma *contraverdade* (aqui, deve-se perguntar sobre o conhecimento do falante sobre a realidade referencial e a avaliação que faz dela) ou ainda de uma *contradição implícita* (em que se deve comparar as intenções argumentativas rivais). Nesta definição, entretanto, percebe-se a total falta de homogeneidade dos fenômenos atribuídos à ironia – enunciativo, contextual, explícito, implícito – bem como a desconsideração da especificidade de cada um deles”.

Os estudos já consagrados sobre ironia dão conta que a ironia pode ser entendida como tropo/antífrase (Kerbrat-Orecchioni); como enunciação polifônica (Ducrot); como paradoxo (Berrendonner); ou como menção/fenômeno de autonomia (Sperber & Wilson).

Neste trabalho, entendemos a ironia como um recurso de distanciamento

enunciativo, conforme Guentchéva (1994, 1996). Ou melhor dizendo, que a ironia presente no texto em análise é uma forma de mediativo do qual os jornalistas fazem uso para criticar um estado de coisas, além de provocar a reflexão para as questões políticas.

4. A ironia numa perspectiva enunciativa

Na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli (1990/1999), a linguagem é uma atividade significativa de produção e reconhecimento, em que o enunciador constrói, num polo, uma determinada significação, marcada no enunciado produzido, e o coenunciador, num outro polo, reconstrói a significação construída pelo enunciador. Ao construir um enunciado, o enunciador assinala o seu ponto de vista em relação ao que enuncia, assumindo o conhecimento construído ou distanciando-se dele, dependendo do valor modal que lhe vai atribuir. Trataremos, particularmente, das diferentes formas que o enunciador utiliza para marcar esse distanciamento, que caracteriza uma perspetivação modal designada ‘mediativo’.

Guentchéva, entre outros autores, adotou o termo ‘mediativo’ para designar “a categoria gramatical que

indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao coenunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem” (trad. Guentchéva, 1996: 11).

Esse distanciamento exige uma manipulação dos recursos linguísticos e pode assumir diferentes formas. Neves (2006: 165) mostra como se pode dar essa manipulação:

“(…) entende-se, por princípio, que a falta de marca indicativa da fonte (a falta de marca evidencial) implica que essa fonte seja o próprio falante, filtro natural das proposições por ele expressas: Quem diz:

(1) A gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.

é entendido como autor e mentor – ou pelo menos, compartilhador – da ideia de que ‘a gente se habitua a tudo (etc.)’. Se assim não for – e o falante quiser deixar isso registrado, eximindo-se da responsabilidade – ele indicará a fonte externa da ideia / informação. Na

verdade, foi o que aconteceu no enunciado documentado:

(2) Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.”

Num enunciado com o mediativo, há a construção de um conhecimento, ou seja, de uma asserção, mas a fonte enunciativa não é o sujeito enunciador e sim alguém a quem ele recorre para se distanciar totalmente do conhecimento a ser veiculado. Considera-se, assim, marcador mediativo “uma expressão linguística que surge no enunciado e que indica se a informação transmitida nesse enunciado foi retomada pelo locutor a outrem ou se foi criada pelo próprio locutor, através de uma inferência ou de uma percepção” (trad. Dendale & Tasmowski, 1994: 5).

O valor mediativo constrói-se a partir de uma rutura enunciativa, ou seja, “qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada Sit_M que está em rutura com a situação de enunciação [origem] Sit_0 ” (trad. Guentchéva, 1994: 11).

Assim, esse valor vai operar sobre uma rutura, que quer dizer que Sit_M é referencialmente independente de Sit_0 e a rutura pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um enunciador

mediatizado (S_M), em rutura com S_0 , é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado (T_M), em rutura com T_0 , surge como fictício (trad. Guentchéva 1994: 11-12).

A enunciação mediatizada apresenta três tipos de valores fundamentais, consoante se refere a factos relatados, factos inferidos ou factos de surpresa.

Como factos relatados, entende-se toda a informação que não tem origem no enunciador, mas que foi por ele recuperada a partir de um terceiro, ou mesmo da tradição, mitos, contos, lendas. O enunciador faz acompanhar a sua enunciação de marcadores que lhe permitem evidenciar a sua distância em relação aos factos enunciados, assim como diversos graus de dúvida, desconfiança, ironia, rejeição, etc. sobre o conteúdo proposicional, sem que, no entanto, marquem qualquer tomada de posição relativamente a outro ato enunciativo (Campos, 2001: 328).

Os factos inferidos resultam de conhecimento construído a partir de traços ou de indícios observáveis (Guentchéva *et al.*, 1994: 145). Os factos de surpresa “têm subjacente um raciocínio que se orienta em sentidos inversos: o enunciador constata como inesperado um facto que está em contradição com o facto esperado a

partir do seu conhecimento anterior” (Campos, 2001: 329).

A ironia é enquadrável, por um lado, nos factos relatados, na medida em que constrói uma atitude enunciativa sobre um conteúdo proposicional pré-construído por uma outra fonte enunciativa (Guentchéva *et al.*, 1994: 139; Campos, 2001: 327). Por outro lado, a interpretação humorística advém da surpresa provocada pelo contraste entre o constatado e o esperado, caracterizando a ironia, como por exemplo no texto estudado, também como um facto de surpresa.

5. Análise do texto

5.1. Factos relatados

A interpretação do texto em análise depende fortemente do conhecimento do texto de partida, que aqui assumimos ser o do DN, que funciona como pré-construído enunciativo⁶ e para o qual o texto do IP aponta deiticamente, de forma sistemática. Por um lado, só quem tenha tido acesso à notícia do DN percebe a referência aos óculos Ray

⁶ Segundo Campos (1998: 28), “uma relação predicativa que, numa situação de enunciação Sit_0 , é construída como tendo sido validada numa situação de enunciação distinta de Sit_0 , é, em Sit_0 , um ‘pré-construído’.” Ainda segundo Campos (1992: 6), “o pré-construído corresponde, portanto, a um valor modal assertivo validado pelo enunciador S_0 e pelo coenunciador S_0' numa situação de enunciação Sit_1 distinta de Sit_0 , e retomado com esse estatuto em Sit_0 , pelo enunciador S_0 ”.

Ban, que tem como pré-construído a fotografia que acompanha esse texto. Por outro lado, o texto do IP surge na sequência dos comentários aos insultos, de que o CM e o DN fizeram eco, ao darem a palavra aos visados. O IP dá a palavra a EE, para que se possa justificar ou desculpar, tal como já o tinha feito *O Indesmentível*.

Ao retomar informação já veiculada por um jornal de referência, o texto do IP garante um localizador enunciativo que lhe serve de base para uma leitura factual da informação que transmite. A partir da segunda frase, o texto do IP constrói uma situação de enunciação fictícia (Sit_0^1), em rutura com a situação de enunciação origem, Sit_0 , e é essa situação de enunciação fictícia que serve de localizador à informação nova, as pretensas declarações de EE. Não há, porém, qualquer marcador no texto que identifique essa situação de enunciação fictícia, que apenas é recuperável por meio de conhecimento extralinguístico (um leitor menos atento poderá não se dar conta da construção ficcional).

As aspas de citação, usadas na transcrição da frase do DN (“descabelada que só arranja problemas”), são marcadores de distanciamento enunciativo, na medida em que o enunciador apresenta essa afirmação como procedente de outra

fonte e não garante a sua validação. As mesmas aspas de citação são utilizadas para marcar como não validadas pelo enunciador outras frases atribuídas a EE.

Outros marcadores encontrados no texto são expressões de introdução do discurso relatado, como: “pede desculpas por ter dito”, “acusando-a de”, “em declarações ao IP”, “garantiu que queria dizer”, “pedindo desculpas”.

5.2. Factos de surpresa

Constata-se igualmente, neste texto, uma outra forma de distanciamento, resultante da ironia, que vai provocar uma reação de surpresa ou, segundo Guentchéva (1994: 21), um estado de surpresa.

Os enunciados mediatizados que marcam um valor de surpresa resultam de um processo inferencial: o sujeito constata uma situação que está em contradição com um estado suposto, sendo o estado suposto inferido a partir de uma situação anterior. O “estado constatado verbalizado surge como a negação do estado suposto ou esperado, originando assim o efeito de surpresa” (Guentchéva, 1994: 21). O valor desse estado de surpresa designa-se também ‘admirativo’.

O título do texto, “Edite Estrela pede desculpas por ter dito que a Ana Gomes

é uma ‘descabelada que só arranja problemas’ em vez de dizer que é uma ‘descabelada que apenas arranja problemas’”, cria no coenunciador uma expectativa. A expectativa é criada pela evocação de um pedido de desculpas que, pragmática e semanticamente, preconiza, no caso de insultos verbais, uma atenuação do insulto ou uma substituição das palavras utilizadas por outras de carga semântica menos ofensiva. Segundo dois dicionários da Língua Portuguesa *on-line*⁷, uma desculpa é uma “alegação atenuante ou justificativa de culpa, ofensa, descuido”, uma “expressão de arrependimento”, e pedir desculpa é entendido como rogar “perdão de culpa ou ofensa”.

É essa, por exemplo, a estratégia utilizada no texto satírico do jornal *O Indesmentível*:

- (3) “Edite Estrela afirma ainda que, de facto, quando Ana Gomes começa a vociferar contra os voos secretos da CIA, o seu penteado desmancha-se, o cabelo levanta voo e ela fica invariavelmente desganhada.”

A surpresa dá-se quando o coenunciador constata uma situação diferente da esperada, na medida em

que o que se segue corresponde à manutenção do insulto, ou mesmo a um agravamento, o que não se enquadra na definição de pedido de desculpas.

No texto em análise, o valor de surpresa advém de um raciocínio dedutivo, de tipo *modus tollens*, estruturado em três etapas:

- (i) O título do texto, ao evocar um pedido de desculpas por parte de EE, cria uma expectativa no coenunciador, que sabe que, pragmática e semanticamente, um pedido de desculpas de uma ofensa verbal corresponde a uma atenuação dessa mesma ofensa ($p \rightarrow q$);
- (ii) No corpo do texto, o coenunciador constata, não uma atenuação da ofensa, mas a sua manutenção, ou mesmo um agravamento ($\sim q$);
- (iii) O coenunciador apercebe-se de que o pedido de desculpas anunciado no título não o é, de facto. A surpresa advém do contraste entre o que era esperado (p) e o que é constatado ($\sim p$).

Ainda para mais, o insulto é agravado de forma encapotada: o insulto inicial começa por ser alterado apenas numa palavra, o advérbio de exclusão ‘só’, que é substituído por ‘apenas’ e depois por ‘somente’, ambos advérbios de exclusão sinónimos de ‘só’, e finalmente por ‘mormente’, advérbio de

⁷ O Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora (disponível em: <URL: <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/desculpa>>) e o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (disponível em: <URL: <http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>).

modo, tendencialmente inclusivo. As aspas simples que destacam os advérbios funcionam como marcadores de foco prosódico, que dirigem a atenção do coenunciador. Porém, nas sucessivas reformulações da frase, o que verdadeiramente sofre alteração semântica não é o advérbio, mas sim o nome, que vai sendo sucessivamente substituído por outros semanticamente próximos, mas gradualmente mais eruditos e mais ofensivos. É na surpresa causada por esta gradação inesperada que reside, principalmente, a ironia do texto. O distanciamento enunciativo é marcado, justamente, pelas aspas na aparente sinonímia de ‘apenas’, ‘somente’ e ‘mormente’.

6. Conclusão

Neste trabalho, abordamos a ironia como forma de distanciamento enunciativo, ou seja, o jornalista do IP recorreu a marcadores de mediativo para expor sua avaliação/reflexão acerca de factos políticos divulgados na imprensa de forma a não se responsabilizar pelo conhecimento construído. A zombaria foi apenas um pretexto para veicular uma interpretação dos factos e, ao recorrer pretensamente ao riso, evidenciar uma dura crítica aos envolvidos no processo de escuta.

Entendemos que existem dois valores de mediativo para a ironia no texto: factos relatados e factos de surpresa. Para o distanciamento como facto relatado, há necessidade da compreensão do pré-construído, que se efetivou no DN, e que se manifesta no texto através de diversos marcadores gráficos e verbais. Para o facto de surpresa, o enunciador construiu uma gradação com a utilização das expressões ‘descabelada’, ‘descerebrada’ e ‘mentecapta’, que, ao pretender materializar um pedido de desculpas, cria um contraste entre o que era esperado e o que é constatado.

Referências bibliográficas

- Berrendonner, Alain. 1981. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Campos, Maria Henriqueta Costa. 1992. Enunciador e co-enunciador na construção dos valores modais de um texto – alguns aspectos específicos. In: *Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística: Linguística e Ensino-Aprendizagem do Português* (ESE Viana do Castelo, Abril 1992). Lisboa: APL, 1-10.
- Campos, Maria Henriqueta Costa. 1998. *DEVER e PODER. Um subsistema*

- modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Campos, Maria Henriqueta Costa. 2001. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In: A.S. Silva (org.). *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL/UCP, 325-340.
- Culioli, Antoine. 1990/1999. *Pour une linguistique de l'énonciation*. 3 vol. Paris: Ophrys.
- Dendale, Patrick & Tasmowski, Liliane. 1994. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Langue Française* 102, 3-7.
- Ducrot, Oswald. 1987. *O Dizer e o Dito*. Campinas, SP: Pontes.
- Guentchéva, Zlatka. 1994. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française* 102, 8-23.
- Guentchéva, Zlatka. 1996. Introduction. In: Z. Guentchéva (ed.). *L'énonciation médiatisée*. Louvain/Paris: Éditions Peeters, 11-18.
- Guentchéva, Zlatka; Donabédian, Anaïd; Meydan, Metiye & Camus, René. 1994. Interactions entre le médiatif et la personne. *Faits de Langues* 3, 139-148.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine. 1980. L'ironie comme trope. *Poétique* 41, Paris: Seuil, 108-127.
- Lopez, Debora Cristina & Dittrich, Ivo José. 2004. *Ironia e refutação como estratégias argumentativas no jornalismo interpretativo*. Disponível em: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-ironia-refutacao.pdf>>.
- Muecke, Douglas Colin. 1995. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva.
- Neves, Maria Helena de Moura. 2006. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- Oliveira, Danile. 2006. Estudo da ironia: o caso Veríssimo. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, 33-60. Disponível em: <URL: http://www.abralin.org/revista/RV5N1_2/RV5N1_2_art2.pdf>.
- Oliveira, Teresa & Neves, Janete Bessa. 2007. Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico. *Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre* 31, 49-55.
- Seixas, Netília Silva dos Anjos. 2006. *Jornalismo e ironia: produção de sentido em jornais impressos no Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-

Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em:

<URL:

<http://www.pgletras.com.br/2006/teses/tese-netilia.pdf>>.

Sperber, Dan & Wilson, Deirdre. 1978.

Les ironies comme mentions. *Poétique*

36. Paris: Seuil, 399-412.